



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO DO PARANÁ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 4110408032-2		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL Casado (a)	
SEXO <input type="checkbox"/> M <input checked="" type="checkbox"/> F	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão universal		
FILHO DE (pai) HILARIO LAMPERTI		(mãe) VALDEVINA CARLETTO LAMPETI	
NASCIDO EM (data de nascimento) 20-08-1967	IDENTIDADE número 3.844.182-5	Órgão emissor SSP	UF PR
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)		CPF (número) 644.064.159-04	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.) RUA ITAIPU		NÚMERO 16	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85898-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS		UF PR	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do PARANÁ:			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO alteração de dados exceto
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA - ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO		NÚMERO S/N	
COMPLEMENTO TERREO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85898-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS		UF PR	PAÍS BRASIL
VALOR DO CAPITAL - R\$ 45.000,00		VALOR DO CAPITAL (por extenso) (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)	
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5249-3/06 Atividades secundárias 5232-9/00	DESCRIÇÃO DO OBJETO 5249-3/06 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS RECREATIVOS E BRINQUEDOS. COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS RECREATIVOS E BRINQUEDOS. COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E COMPLEMENTOS.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 01-07-1994	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.109.382/0001-96	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) <i>Aldezia Maria Lamperti Moreira</i>		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 3 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 01-10-2009	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Aldezia Maria Lamperti Moreira</i>		

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

AUTENTICAÇÃO

Junta Comercial do Paraná
JADYR CLÁUDIO DONIN
RG 948718 SSP-PR
AGÊNCIA DE TOLEDO/PR



LUIZ CARLOS SÁLVARO
SECRETÁRIO GERAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.109.382/0001-96 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/07/1994	
NOME EMPRESARIAL ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)					
LOGRADOURO AV JOSE BONIFACIO		NÚMERO S/N		COMPLEMENTO TERREO	
CEP 85.898-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		MUNICÍPIO SAO JOSE DAS PALMEIRAS		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO ilson1@uol.com.br		TELEFONE (45) 3259-1131 / (45) 3259-1156			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/06/2019** às **16:38:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA
CNPJ: 00.109.382/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:02:12 do dia 09/02/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/08/2019.

Código de controle da certidão: **328F.78A0.475A.86E2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.109.382/0001-96

Razão Social: ALDEZIA MARIA LAMPERTI ME

Endereço: RUA MAL. CANDIDO RONDON / 816 / CENTRO SAO JOSE DAS PALMEIRAS
- PR

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/05/2019 a 25/06/2019

Certificação Número: 2019052700290607963432

Informação obtida em 12/06/2019 10:18:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 019972051-62

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **00.109.382/0001-96**
Nome: **ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 22/09/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

CERTIDÃO NEGATIVA Nº 158/2019

NOME CIVIL OU COMERCIAL: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA
RESIDÊNCIA OU DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR
INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF: CNPJ: 00.109.382/0001-96

REFERÊNCIA Pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Avenida José Bonifácio, S/N, neste Município de São José das Palmeiras, Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná. Ramo de atividade: Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, comércio varejista em vestuário.
--

FINALIDADE DA CERTIDÃO Para fins de licitação
--

PRAZO DE VALIDADE A mesma tem validade de 60 dias.

Ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município de cobrar quaisquer créditos tributários, CERTIFICO, para a finalidade acima indicada, não existir débitos com a Fazenda do Município, referente a impostos, taxas e multas e demais tributos municipais até a presente data, pelo que, na forma dos dispositivos regulamentares vigentes, forneço a presente CERTIDÃO NEGATIVA, a qual produzirá os efeitos legais.

São José das Palmeiras, 13 de junho de 2019.


Eliane dos Santos Moreira Lourenço
Diretora do Departamento de Receita
Portaria 036/2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 00.109.382/0001-96

Certidão nº: 173019112/2019

Expedição: 25/05/2019, às 09:48:45

Validade: 20/11/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.109.382/0001-96**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**Estado do Paraná****MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

ALVARÁ DE LICENÇA N. 70/2019

O Município de São José das Palmeiras de acordo com a legislação vigente concede licença de funcionamento para o exercício de 2019

CNAE/ATIVIDADE PRINCIPAL: 4763-6/01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.

ENDEREÇO: AVENIDA JOSE BONIFACIO, S/N - BENTHEIN CEP: 85898000 São José das Palmeiras - PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Horário: Dás 08:00min às 18:00min

Com Intervalo dás 12h00 às 13h00min - Horário Comercial

Emitido em 2019


Válido em 31/12/2019

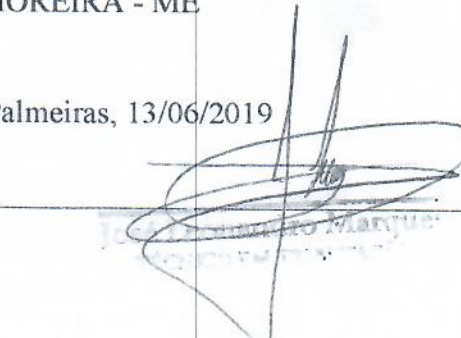
- 1- O presente alvará só tem efeito para o período especificado, ficando sujeito a renovação anual.
 - 2- Será exigida renovação da licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
 - 3- Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de Endereço, razão social, ramo de atividade, etc o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- IMPORTANTE**
- Evite multas, auditoriais, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de Certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc.

RAZÃO SOCIAL: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA - ME

CNPJ: 00.109.382/0001-96

Município de São José Das Palmeiras, 13/06/2019


Eliane dos Santos Moreira Lourenço
Diretora do Departamento de Receita
Portaria 036/2012


MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE SANTA HELENA – ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR,
DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL



SERGIO ALVES DREHER
OFICIAL DESIGNADO



CERTIDÃO

NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

SERGIO ALVES DREHER, Titular Designado do Cartório Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, na forma da lei etc...

CERTIFICO, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste único Cartório do Distribuidor Público e Anexos da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verifiquei a **INEXISTÊNCIA**, específica de **FALÊNCIAS OU CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (LEI 11.101/2005)**, de responsabilidade de:

ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.109.382/0001-96, estabelecida na Av. Jose Bonifacio, s/nº, centro, Município de São José das Palmeiras – PR., nesta Comarca.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de SANTA HELENA, Estado do Paraná, ao(s) 17 dia(s) do mês de Junho do ano de 2019.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

SAIMON ALVES DREHER
Auxiliar Juramentado

A presente Certidão Negativa somente terá validade com o carimbo oficial do Cartório Distribuidor
EDÍFICIO DO FÓRUM – AVENIDA BRASIL, 1550, CENTRO – CEP: 85.892-000 – FONE: (45)3268.1248



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 040/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado a Dispensa de Licitação 010/2018, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Fernandes Salvador, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SSP/PR, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.109.382/0001-96, estabelecida na Av. José Bonifácio, s/n – centro – São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu titular a Sra. Aldezia Maria Lamperti Moreira, brasileira, casada, do comércio, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3.844.182-5 SSP/PR e CPF/MF nº 644.064.159-04, residente e domiciliado na Rua Itaipu, 16 - centro – São José das Palmeiras - PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – Do objeto

Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 025/2019 de 01 de abril de 2019) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis

Para efeitos obrigacionais tanto a Dispensa de licitação nº 07/2019, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

O Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos) pela aquisição dos produtos, objeto do contrato.

I - As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias na Prefeitura.

§1º - **Os pagamentos serão efetuados conforme repasse do Governo do Estado do Paraná através do Programa de Incentivo Família Paranaense V**, mediante a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

I - Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.

II - Certidão Negativa de Débitos do INSS;

III - Certidão Negativa de Débitos Municipais;

IV - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;

§ 2º – Não será efetuado o pagamento sem que o Município tenha em caixa os valores repassados pelo Governo do Estado.

§ 3º - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

I - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

§4º - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Do prazo de entrega, duração e do crédito orçamentário

O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente Contrato, e a vigência do mesmo é de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da	Conta da	Funcional programática	Fonte de	Natureza da	Grupo da fonte



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

despesa	despesa		recurso	despesa	
2019	3650	09.002.08.244.0012.2072	769	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

Cláusula Quinta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

- I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
- V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: Da hipótese de rescisão

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Da cessão

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava:

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sra. Marisa Mendes de Araújo**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Nona – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 24 de Junho de 2019.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante


ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA
Contratada

Testemunhas:



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 040 /2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2019.**

OBJETO: Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal n.º 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal n.º 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto n.º 025/2019 de 01 de abril de 2019) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

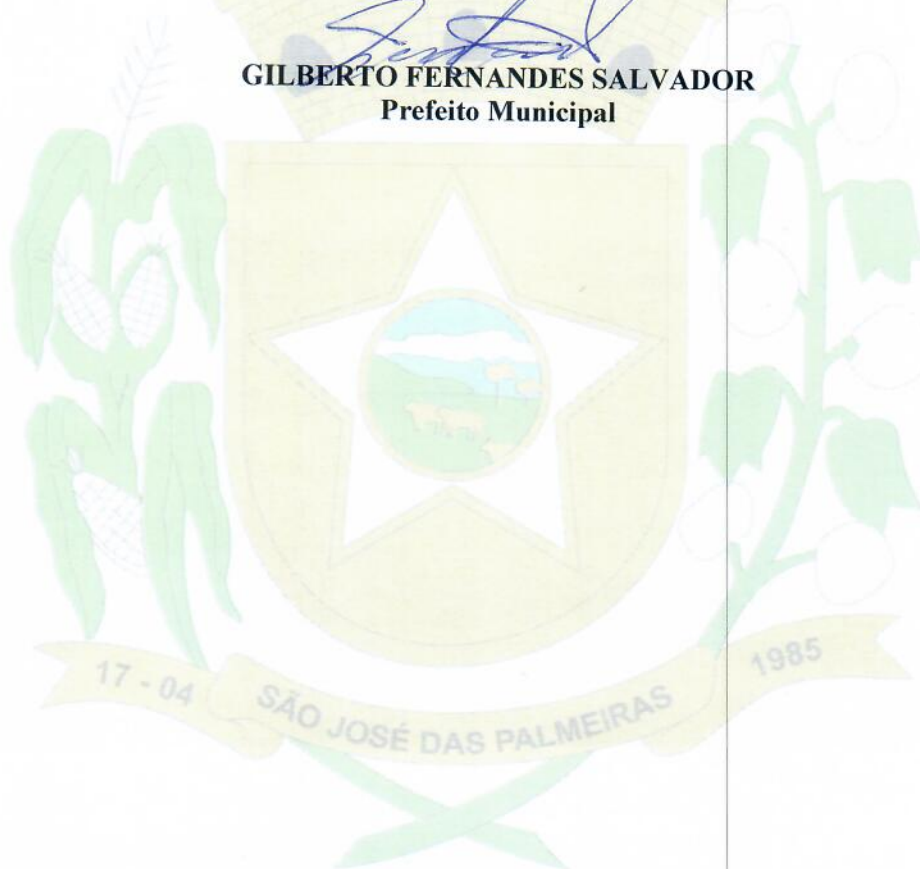
CONTRATADA: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA

VALOR: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) até término do contrato.

VIGÊNCIA: O presente contrato expira-se em 24 de Outubro de 2019.

São José das Palmeiras, em 24 de Junho de 2019.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal



Município de São José das Palmeiras - 2019
Classificação por Fornecedor
Processo dispensa 7/2019

Página 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 4610-8 ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA - ME									
Email: CNPJ: 00.108.352/0001-96 Telefone:									
Status: Habilitado									
Representante: 6509-9 ALDEZIA M. LAMPERTI MOREIRA									
Lote 001 - Lote 001									
001	3545 KIT ENXOVAL PARA O BEBÊ	UN	50,00	Habilitado	Mybaby Berçário Baby/leo		170,00	8.500,00	*
VALOR TOTAL:							8.500,00		

Objeto: Inscrição no curso de Formação de Pregoeiro e Comissão de Licitações, promovido pela empresa de qualificação profissional UNIPÚBLICA.

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de São José da Boa Vista – PR, para fins do Art. 25 Inciso II, concomitante com o Art. 13, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o Art. 36 inciso II, parágrafo 1º, concomitante com o Art. 21, inciso VI da Lei Municipal nº 836/2015 torna Público que, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Valdemir Thomaz de Aquino, proferiu decisão no processo em destaque supra, Ratificando a Inexigibilidade de Licitação, para a Contratação junto a UNIPÚBLICA UNIÃO PARA QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - EPP, no valor de R\$ 2.190,00 (Dois mil cento e noventa reais) tudo conforme documentado nos autos.

São José da Boa Vista, 24 de Junho de 2019.

VALDEMIR THOMAZ DE AQUINO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:A025A677

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 68/2019 - CONCESSÃO DE
AUXÍLIO MORADIA

DESPACHO

Processo Administrativo nº 68/2019

Trata-se de pedido de concessão de AUXÍLIO MORADIA, à pessoa de FAVIANA FRANÇA PORTAS, conforme solicitação encaminhada pelo Centro de Referência em Assistência Social do Município - CRAS;

Em relatório da Assistente Social, Sra. Juliana Akemi Gonçalves Saito, a mesma informa que a Sra. FAVIANA FRANÇA PORTAS necessita de AUXÍLIO MORADIA por encontrar-se em situação de vulnerabilidade social, visto possuir 2 (dois) filhos menores de idade, sendo que tem uma renda mensal média de R\$ 671,00 e, assim, necessitando alugar uma casa pelo valor de R\$ 200,00, não havendo outra fonte de renda e, dessa forma, necessita do AUXÍLIO MORADIA para poder manter a si e seus filhos com dignidade.

É o breve relatório.

Assim sendo, diante do exposto, **RESOLVO**, com base no artigo 16, “d”, da Lei nº 799/2013, **CONCEDER** o benefício eventual de AUXÍLIO MORADIA à Sra. FAVIANA FRANÇA PORTAS, no valor de **R\$ 200,00** (duzentos Reais) mensais, observado o disposto nos termos da Resolução nº 12/2017 do Conselho Municipal de Assistência Social.

Proceda-se às demais exigências legais pertinentes ao caso.

São José da Boa Vista – PR; 24 de junho de 2019.

PEDRO SÉRGIO KRONÉIS
Prefeito do Município

Publicado por:
Ronny Carvalho da Silva
Código Identificador:3E8CD7FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 031/2019 - TERMO DE
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº 031/2019
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

Com fundamento no inciso II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, dispense a licitação em favor da empresa ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA, localizada na Av. José Bonifácio, s/n - Centro - São José das Palmeiras/PR, inscrita sob o CNPJ de nº 00.109.382/0001-96, para a aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 025/2019 de 01 de abril de 2019) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

São José das Palmeiras, 24 de Junho de 2019.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:388009B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA Nº 07/2019

EXTRATO DE DISPENSA Nº 07/2019
DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 025/2019 de 01 de abril de 2019) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

Fundamento legal: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93
Contratada:

Empresa: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA
Endereço: Av. José Bonifácio, s/n - Centro
Cidade: São José das Palmeiras - PR
CNPJ/ME: 00.109.382/0001-96

Preço: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Prazo: Os produtos deverão ser entregues no município de São José das Palmeiras num prazo máximo de 30 (trinta) dias e a vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias.

São José das Palmeiras, 24 de Junho de 2019.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:0214C42B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação a Dispensa de Licitação nº 07/2019, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 025/2019 de 01 de abril de 2019) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

A empresa vencedora foi: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA, com o valor total de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 24 de Junho de 2019.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:0E8DE0F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 040 /2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2019.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 040 /2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2019.

OBJETO: Aquisição de kits enxoval para bebê para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto nº 025/2019 de 01 de abril de 2019) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADA: ALDEZIA MARIA LAMPERTI MOREIRA

VALOR: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) até término do contrato.

VIGÊNCIA: O presente contrato expira-se em 24 de Outubro de 2019.

São José das Palmeiras, em 24 de Junho de 2019.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:F50CA1B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 122/2019 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIAS

PORTARIA N.º 122/2019

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 532/2013.

RESOLVE

CONCEDER pagamento de diárias ao Servidor abaixo relacionado.

Nome: Gilberto Fernandes Salvador **RG:** 3.989.847-0

Destino: Curitiba – PR.

Motivo: SEDU, ParanaCidade, Casa Civil, Assembléia Legislativa.

Data: 24 a 27 de Junho de 2019

Quantidade de Diárias: 04

Meio de Transporte: ônibus

Valor Unitário da Diária: R\$ 440,00

Valor Total da Diária: R\$ 1.760,00

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras. Aos 21 de Junho de 2019.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:EA6A91A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
DECRETO N.º. 092 DE 24 DE JUNHO DE 2019.

Homologa o Processo de Licitação Pregão Presencial 049/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas legais e constitucionais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **homologado** o Processo de Licitação 088/2019, modalidade Pregão Presencial Nº 049/2019, para os itens abaixo de acordo com Ata de Abertura e Julgamento do referido processo, exarada pela Pregoeira Municipal Srª. Renata de L. B. Gregory, designada pela Portaria Municipal nº. 001/2019.

Parágrafo único – Os itens do objeto licitado ficam homologados conforme a seguir indicado:

Para a empresa **AJG COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP** – os itens 01, 02 e 04 – totalizando **R\$ 259.776,00 (duzentos e cinquenta e nove mil setecentos e setenta e seis reais);**

Para a empresa **ARALDI & FERNANDES COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA** – o item 03 – totalizando **R\$ 136.756,00 (cento e trinta e seis mil setecentos e cinquenta e seis reais).**

Art. 2º - Fica o Departamento competente do Poder Executivo Municipal, autorizado a expedir a documentação necessária para a plena consolidação do ato administrativo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 24 de junho de 2019.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata de Lima Barbosa
Código Identificador:A241ED83

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N.º 063/2019
CONCORRÊNCIA 001/2019 CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO 148/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

Concessionária: CLEVERSON ALVES FERREIRA 08784842997

Objeto: O objeto do presente contrato é a concessão que o concedente faz à **concessionária**, de direito a utilizar a seguinte estrutura:

I- Concessão de Direito Real de Uso de 01 (um) Barracão Industrial, em alvenaria, tipo pré-moldado em estrutura metálica com fechamento em alvenaria, forro em PVC, com tijolos à vista, aberturas metálicas, piso cimentado, localizado na Rua São Luiz, Quadra 48, Lote 03, com área de 259,73 m² (duzentos e cinquenta e nove, setenta e três metros quadrados), localizado no Município de São Pedro do Iguaçu.

II- rede de energia elétrica com padrão de luz;

III- instalação hidráulica;

IV- parte do terreno com muro em pilares de concreto, tipo paliteiro 120,00m/l.

Os benefícios e/ou incentivos que serão concedidos somam o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Vigência: 05 (cinco) anos.

Publicado por:
Renata de Lima Barbosa
Código Identificador:433B4650

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N.º. 103, DE 24 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA N.º. 103, de 24 de Junho de 2019,

Exonera Servidor.